
Isabel Ventura. *As Primeiras Mulheres Repórteres. Portugal nos Anos 60 e 70***Pedro Marques Gomes**

**Edição electrónica**URL: <http://journals.openedition.org/cp/528>

DOI: 10.4000/cp.528

ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Edição impressa

Data de publicação: 30 outubro 2013

Paginação: 131-135

ISSN: 16461479

Refêrencia eletrónica

Pedro Marques Gomes, « Isabel Ventura. *As Primeiras Mulheres Repórteres. Portugal nos Anos 60 e 70* », *Comunicação Pública* [Online], vol.8 n13 | 2013, posto online no dia 01 junho 2014, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cp/528> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cp.528>



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Isabel Ventura

As primeiras mulheres repórteres. Portugal nos anos 60 e 70.

Tinta-da-china, Lisboa, 2012 (206 páginas)

Resultado da dissertação de mestrado de Isabel Ventura, a obra *As primeiras mulheres repórteres. Portugal nos anos 60 e 70* contribui para um conhecimento mais aprofundado sobre a história do jornalismo e dos jornalistas em Portugal.

Estruturado em quatro partes, o livro começa por referir a delimitação do tema e seus objectivos, as metodologias utilizadas na investigação, clarificando também as razões que presidiram à selecção das jornalistas entrevistadas pela autora¹. A escolha, parece-nos, não poderia ter sido mais acertada. Desde logo, porque a longa e rica carreira bem como a reputação de cada uma destas jornalistas faz com que sejam um exemplo no universo jornalístico português (e não só). Depois, porque, como a autora também refere, conseguiram “entrar na profissão em órgãos de comunicação generalistas e não temáticos”, ocuparam “posições de chefia e/ou de direcção” (p. 30), etc. Todavia, se existem óbvias variações na postura destas mulheres, algumas delas assinaladas neste livro, há algo que sobressai na sua acção enquanto jornalistas: “o facto de cada uma delas intervir politicamente na sociedade, utilizando por vezes o jornalismo como forma de denúncia de situações que consideravam injustas”, mas na qualidade de “cidadãs e não exclusivamente de mulheres” (p. 30). Por isso, se a autora não teve como objectivo, com esta selecção, considerar de alguma forma as suas entrevistadas representativas das mulheres jornalistas das décadas de 60 e 70 do século XX, conseguiu, por outro lado, deixar bem claro o importante papel que as seis mulheres escolhidas tiveram ao abrir caminho a uma renovação, ainda que lenta, nas redações dos jornais nacionais.

A segunda parte do estudo, intitulada «Problemáticas», é preenchida por uma breve mas pertinente contextualização histórica acerca da oposição à ditadura de Salazar, salientando a acção de algumas mulheres neste âmbito (por exemplo, o papel da Comissão Feminina de Apoio à Candidatura de Norton de Matos ao exigir uma série de direitos para as mulheres). Por outro lado, esclarecem-se também algumas das principais questões desta investigação:

¹ As jornalistas escolhidas foram: Alice Vieira, Edite Soeiro, Diana Andringa, Leonor Pinhão, Maria Antónia Palla e Maria Teresa Horta.

as condições que possibilitaram o ingresso das mulheres nas redações, o modo como se relacionavam com os seus pares e “de que forma isso mudou – ou não – e se contribuiu para uma maior consciência relativamente às questões formais de desigualdade” (p. 43).

Na terceira parte da obra, a autora debruça-se, desta vez de forma mais pormenorizada, sobre o papel das mulheres no Estado Novo. Ventura aborda a luta mais vasta das mulheres pelos direitos fundamentais, referindo, por exemplo, as disparidades a nível jurídico que se verificavam no estatuto de homens e mulheres e também no que respeitava ao acesso ao ensino, as quais, segundo a autora, viriam a ter consequências nas relações sociais entre os géneros. Precisamente reflectindo sobre essas relações, Isabel Ventura chama a atenção para duas publicações incontornáveis sobre a situação das mulheres em Portugal e no mundo: «A Carta a Uma Jovem Portuguesa», publicada no jornal da Associação Académica de Coimbra (1961), e a obra *Novas Cartas Portuguesas* (1973). Compreensivelmente, é dado maior destaque à segunda, devido ao seu forte impacto, tanto em Portugal como no estrangeiro, assim como às consequências que a publicação trouxe às autoras, as «três Marias» (Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta). Sobre este episódio, fornece-nos também os interessantes testemunhos de Maria Teresa Horta, dizendo que apenas algumas colegas jornalistas concordavam com o conteúdo do livro, e também de Diana Andringa, que revela o impacto que as *Novas Cartas Portuguesas* tiveram entre os colegas homens. Este tipo de informações, extraídas das entrevistas realizadas pela autora, é, sem dúvida, determinante para transportar o leitor até ao espaço e tempo em que tudo isto aconteceu, constituindo uma das mais-valias deste trabalho. O mesmo se pode dizer sobre a contextualização política e social, uma preocupação constante da autora, que, de forma clara, nos fornece o panorama da época, cruzando-o, por vezes, com a trajectória das jornalistas, como acontece quando se refere à crise académica de 62, referindo a participação de Alice Vieira na greve de fome organizada por estudantes.

A caracterização da Imprensa no Estado Novo e das suas mutações revela-se essencial para compreendermos a chegada das mulheres às redações, as lutas contra os preconceitos dos seus colegas e, em alguns casos, contra a oposição das famílias, que não viam com bons olhos a sua entrada na profissão. Porém, como refere Ventura, “as jornalistas que entraram nas redações portuguesas na década de 1960 beneficiam de uma conjuntura estrutural

aberta a mudanças” (p. 99); vivia-se um momento de transformação nos jornais portugueses, de renovação de quadros, e estas mulheres acabariam por ser “bem acolhidas” nas redações. Embora identifiquem “alguma resistência baseada na crença da inadequação do trabalho ao seu sexo”, uma vez que “os colegas veriam a sua liberdade de expressão (no interior das redações) cerceada pela existência de mulheres”, os episódios que relatam são “sempre encarados como excepção” (p. 113). Esta é uma questão que deve ser relativizada, pois, tal como sublinha Isabel Ventura, as jornalistas identificam, efectivamente, alguma oposição “quando falam abstractamente (referindo-se ao grupo dos «jornalistas»), mas apenas excepcionalmente quando pensam em nomes de pessoas cujas atitudes fossem discriminatórias” (p. 113). A luta pela igualdade entre géneros estava, naturalmente, inserida numa luta mais vasta contra o regime e, também neste aspecto, estas mulheres conseguiram importantes conquistas, deixando de escrever exclusivamente em páginas femininas, de cultura ou suplementos juvenis e utilizando o jornalismo como “arma de intervenção”, como refere, em entrevista, Maria Antónia Palla: “Eu, a Antónia de Sousa, a Edite Soeiro e também alguns homens tínhamos ideia que o que escrevíamos minava o regime. E queríamos dar voz às pessoas que não tinham. Tínhamos noção que a Imprensa era uma arma de intervenção” (p. 123).

No final da terceira parte do livro, Isabel Ventura refere-se à identificação das jornalistas com o feminismo (apenas Alice Vieira e Edite Soeiro recusam essa identificação) e ainda à dificuldade que as mulheres tinham – e continuam a ter – em assumir cargos de chefia, algo reafirmado por todas as entrevistadas, excepto Edite Soeiro. Ora, aqui, passadas quatro décadas, pouco parece ter mudado. Apesar do aumento significativo de mulheres nas redações – se entre 1950 e 1970 ingressavam na profissão “uma a duas por ano”², em 1987 as mulheres representavam 19,8% do universo dos jornalistas; em 1994 a proporção aumentou para 29,2%, situando-se, em 2009, nos 40,7%³ – tal não se reflecte na ocupação de cargos de chefia e de direcção, onde os homens continuam a dominar⁴. Mais uma vez, também neste campo, as seis

² José Luís Garcia (2009) “Principais tendências de profissionalização dos jornalistas” in José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfozes e Encruzilhadas no Limiar do século XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 74.

³ Cf. José Rebelo (coord) (2011) *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*, Lisboa: Gradiva, pp. 45-47.

⁴ Cf. Filipa Subtil (2009). “Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990” in José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfozes e Encruzilhadas no Limiar do século XXI*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 93-108.

mulheres retratadas foram uma excepção, pois todas elas assumiram cargos de chefia ao longo das suas carreiras.

Finalmente, a última parte deste estudo é preenchida por breves perfis das jornalistas, permitindo-nos conhecer melhor os seus percursos pessoais e profissionais, encontrar pontos de convergência – como a experiência da maternidade e do matrimónio – e também diferenças, como o facto de apenas duas (Alice Vieira e Leonor Pinhão) pertencerem a famílias com tradições no jornalismo e somente três (Maria Antónia Palla, Leonor Pinhão e Alice Vieira) terem concluído as suas licenciaturas, sendo Edite Soeiro a única que não frequentou o ensino superior.

Estamos, portanto, perante uma obra que nos revela um pouco do interior das redações dos jornais nos anos 1960 e 1970 e que, através dos vários episódios recolhidos pela autora nas entrevistas que realizou, nos permite também compreender melhor as relações entre jornalistas, homens e mulheres, sendo inevitável uma comparação com o que sucede nos dias de hoje. Há, todavia, um ponto que nos parece ter sido pouco explorado pela autora e que, em nosso entender, poderia enriquecer ainda mais este trabalho. Uma vez que o objecto de estudo é balizado entre o início dos anos 60 e final de 70, existe algum desequilíbrio no tratamento destas duas décadas. A contextualização político-social dos anos 60 é bem mais explorada do que o período pós-1974, sendo dada pouca relevância à transição para a democracia, que, como se sabe, foi um momento particularmente conturbado no jornalismo português e sobre o qual ainda subsistem inúmeras interrogações. Apenas dois exemplos: como é que as mulheres, que haviam chegado às redações, se adaptaram às mudanças na profissão que o novo regime acarretou? Houve alterações no relacionamento entre homens e mulheres jornalistas? Estas mulheres, exceptuando Leonor Pinhão porque entrou mais tarde na profissão, com certeza seriam um testemunho relevante sobre este período.

Uma referência ainda ao prefácio, da autoria de Fernando Alves, ele próprio abrindo um pouco o seu livro de memórias, nomeadamente quando conta o seu encontro com duas destas jornalistas (Edite Soeiro e Diana Andringa) nos anos 70 e o episódio em que lhe é passado um exemplar das *Novas Cartas Portuguesas*, proibido pelo regime. Um contributo precioso num livro que é também sobre experiências de vida.

Em suma, numa altura em que novos e importantes estudos sobre a história recente do jornalismo português vão sendo publicados, recorrendo

a entrevistas orais como uma das suas fontes principais⁵, este livro é mais uma relevante contribuição para a preservação da memória de um tempo, ajudando-nos a compreender melhor o jornalismo de ontem e de hoje.

Pedro Marques Gomes
Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL

⁵ Cf., por exemplo, Fernando Correia e Carla Baptista (2007) *Jornalistas do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*, Lisboa: Caminho; João Figueira (2009) *Jornalismo em Liberdade*, Coimbra: Almedina; Fernando Correia e Carla Baptista (2010) *Memórias Vivas do Jornalismo*, Lisboa: Caminho; José Rebelo (coord) (2011) *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*, Lisboa: Gradiva; Carla Baptista (2012) *Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses. Do Século XIX ao Marcelismo*, Lisboa: Escritório; Helena Lima (2012) *A Imprensa Portuense e os Desafios da Modernização*, Lisboa: Livros Horizonte.